

ÍNDICE

(Indicam-se em itálico os nomes dos autores e colaboradores de cada parte da obra)

ADVERTÊNCIAS	5
PREFÁCIO DA 4ª EDIÇÃO <i>António Pinto Leite</i>	7
PREFÁCIO DA 3ª EDIÇÃO <i>Dário Moura Vicente</i>	11
PREFÁCIO DA 2ª EDIÇÃO <i>Pedro Siza Vieira</i>	15
PREFÁCIO DA 1ª EDIÇÃO <i>José Robin de Andrade</i>	17
LEI Nº 63/2011, DE 14 DE DEZEMBRO (Aprova a Lei da Arbitragem Voluntária) <i>Armindo Ribeiro Mendes</i>	19
LEI DA ARBITRAGEM VOLUNTÁRIA	33
CAPÍTULO I – Da convenção de arbitragem (artigos 1º a 7º) <i>Dário Moura Vicente com a colaboração de António Júdice Moreira</i>	33
CAPÍTULO II – Dos árbitros e do tribunal arbitral (artigos 8º a 17º) <i>José Miguel Júdice com a colaboração de António Júdice Moreira</i>	47
CAPÍTULO III – Da competência do tribunal arbitral (artigos 18º e 19º) <i>Pedro Siza Vieira e Nuno Ferreira Lousa com a colaboração de António Júdice Moreira</i>	80

CAPÍTULO IV – Das providências cautelares e ordens preliminares (artigos 20º a 29º)	
<i>Armindo Ribeiro Mendes com a colaboração de António Júdice Moreira</i>	88
CAPÍTULO V – Da condução do processo arbitral (artigos 30º a 38º)	
<i>Armindo Ribeiro Mendes com a colaboração de Carla Gonçalves Borges</i>	110
CAPÍTULO VI – Da sentença arbitral e encerramento do processo (artigos 39º a 45º)	
<i>José Robin de Andrade com a colaboração de Carla Gonçalves Borges</i>	135
CAPÍTULO VII – Da impugnação da sentença arbitral (artigo 46º)	
<i>José Robin de Andrade com a colaboração de Carla Gonçalves Borges</i>	161
CAPÍTULO VIII – Da execução da sentença arbitral (artigos 47º e 48º)	
<i>Pedro Metello de Nápoles com a colaboração de Carla Gonçalves Borges</i>	177
CAPÍTULO IX – Da arbitragem internacional (artigos 49º a 54º)	
<i>Dário Moura Vicente com a colaboração de Carla Gonçalves Borges</i>	180
CAPÍTULO X – Do reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras (artigos 55º a 58º)	
<i>Dário Moura Vicente e Pedro Siza Vieira com a colaboração de Carla Gonçalves Borges</i>	189
CAPÍTULO XI – Dos tribunais estaduais competentes (artigos 59º e 60º)	
<i>Pedro Metello Nápoles com a colaboração de Carla Gonçalves Borges</i>	197
CAPÍTULO XII – Disposições finais (artigos 61º e 62º)	
<i>Dário Moura Vicente e Pedro Metello de Nápoles com a colaboração de António Júdice Moreira</i>	206

ANEXOS

I – Lei da arbitragem voluntária em matéria de patentes relativas a medicamentos (Lei nº 62/2011, de 12 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 110/2018, de 10 de dezembro)	
<i>Dário Moura Vicente</i>	211

II – Código Deontológico do Árbitro aprovado pela Associação Portuguesa de Arbitragem (2014)	
<i>Sofia Martins</i>	223
III – Diretrizes da International Bar Association Sobre Conflitos de Interesses em Arbitragem Internacional	
<i>André Navarro de Noronha, Miguel de Almada, Pedro Metello de Nápoles e Sofia Martins</i>	249
Introdução	252
I Parte: Princípios gerais relativos a imparcialidade, independência e revelação	259
II Parte: Aplicação prática dos princípios gerais	270
1. Lista vermelha de situações irrenunciáveis	273
2. Lista vermelha se situações renunciáveis	277
3. Lista laranja	283
4. Lista verde	295
IV – Jurisprudência portuguesa sobre a Lei da Arbitragem Voluntária de 2011	
<i>Nuno Ferreira Lousa</i>	299
1. Convenção de arbitragem	299
2. Tribunais arbitrais	316
3. Honorários dos árbitros	319
4. Funções e deveres dos árbitros	321
5. Sede da arbitragem	326
6. Providências Cautelares	326
7. Regras processuais	327
8. Princípios fundamentais	331
9. Alteração do pedido e da causa de pedir	332
10. Recursos	333
11. Ações de anulação	340
12. Revisão de sentença estrangeira	352
V – Bibliografia selecionada sobre a Lei da Arbitragem Voluntária de 2011	
<i>Dário Moura Vicente</i>	361
1. Monografias e comentários	361
2. Artigos e anotações de jurisprudência	361
VI – Principais abreviaturas utilizadas	367

